



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Processo n.: 838993
Natureza: Tomada de Contas Especial
Jurisdicionado: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais e Município de Santa Fé de Minas

À Coordenadoria de Débito e Multa,

Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP, a fim de apurar a responsabilidade e quantificar a redução patrimonial decorrente de irregularidades na aplicação e prestação de contas dos recursos recebidos pelo Município de Santa Fé de Minas, mediante o Convênio n. 917/2008.

Consoante Acórdão prolatado na sessão da Segunda Câmara de 04/12/2014 (f. 268v), os conselheiros julgaram irregulares as contas e determinaram a restituição ao erário estadual do valor histórico de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), que atualizados até novembro de 2014 totalizam R\$ 141.377,20 (cento e quarenta e um mil trezentos e setenta e sete reais e vinte centavos) pelo Sr. Marco Antônio Massuqui, Prefeito à época. Ainda, aplicaram multa ao mencionado ex-Prefeito no valor de R\$ 14.100,00 (quatorze mil e cem reais).

A decisão transitou em julgado em 12/02/2016, conforme f. 270.

Em face da ausência de recolhimento voluntário, foram emitidas as Certidões de Débito n. 330/2016 e 331/2016 (f. 279/282), com atualização monetária do *quantum debeatur*. Os autos, em seguida, foram encaminhados ao Ministério Público de Contas, para adoção das medidas cabíveis nos termos do art. 32 da Lei Complementar Estadual n. 102/2008.

Destarte, considerando a realização do devido monitoramento remoto das execuções por meio dos ACOMPANHAMENTOS CAMP n. 838993M1018 e n. 838993RE640, encaminham-se os autos à Coordenadoria de Débito e Multa, para os fins dispostos no art. 10, I e II, e art. 12, I, e II, da Resolução n. 13/2013, e seu posterior arquivamento.

Belo Horizonte, 8 de novembro de 2016.

Mônica Fonseca Almeida Santos

Coordenadora de Acompanhamento das Ações do Ministério Público de Contas ¹
(Documento assinado digitalmente disponível no SGAP)

¹ Portaria n. 08/2015, do Ministério Público de Contas, publicada no DOC de 11/09/2015